



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE

Palácio do Planalto
29 de outubro

Um plano é elaborado para assegurar a integração do deficiente na nossa sociedade democrática.

24 de outubro — Os ajustes do Plano Cruzado — a correção nos preços e a retomada de investimentos pelos setores estatais e privados — depende de três programas prioritários: aumento da poupança, com estímulos fiscais; corte dos subsídios, principalmente ao trigo e dos incentivos fiscais; e aceleração do processo de privatização das estatais. As revelações são do Secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda.

O Brasil é de todos. A todos deve ser assegurado o exercício dos direitos básicos.

Os deficientes não podem ser excluídos de nossa democracia e da nossa cidadania.

Não podem tampouco ser excluídos de seus direitos sociais: direito à educação, à saúde, à previdência e ao trabalho e, em cada um desses setores, o direito ao atendimento de suas necessidades.

O problema dos que são portadores de deficiência não é, em hipótese alguma, uma questão menor. No Brasil exis-

tem cerca de 13 milhões de pessoas nessas condições, uma população maior que a de muitos países do mundo. Um entre quase dez brasileiros está nesta situação.

Diante da gravidade do problema, temos ainda muito o que fazer.

Temos o diagnóstico e idéias amadurecidas. O eficiente trabalho do comitê que criei há alguns meses traçou rumos. Temos um Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, que configura o ponto do não-retorno ao problema.

Mas a tarefa é bem mais árdua e está ainda por começar. Devemos sair das formulações para uma ação de grande envergadura. Mobilizar recursos, elaborar programas abrangentes, promover a integração profissional e social, coordenar, para obter o máximo de resultados, as ações governamentais que possam voltar-se para os deficientes.

Já não podemos tratar o problema de maneira empírica e setORIZADA. Necessitamos de uma coordenação única capaz de formular uma política nacional para enfrentar este desafio.

A importância, que atribuo às ações do Governo voltadas para os deficientes, pode ser aquilatada pela decisão excepcional que tomei de estabelecer sua coordenação na Presidência da República. Assim poderei acompanhá-las de perto.

Acabo de assinar um decreto que institui esta Coordenadoria, que planejará, estimulará e fiscalizará as ações dos diferentes órgãos do Governo dirigidas às pessoas com deficiência.

Da Coordenadoria surgirão planos e programas, cujo principal objetivo é tornar os indivíduos deficientes participantes em nossa sociedade.

Ela estudará a peculiaridade do atendimento nas áreas da educação, da saúde, da previdência e do trabalho. Para a consecução desse objetivo estará envolvido o esforço de vários ministérios.

Uma atenção especial será dada às pessoas de baixa renda.

Devemos remediar, de maneira decidida e urgente, e devemos prevenir, evitando que a criança sadia de hoje venha, pelo descaso e falta de informação ou atendimento, a transformar-se no deficiente de amanhã.

É necessário, portanto, sensibilizar toda a sociedade para a gravidade do problema. Mobilizá-la na busca de soluções.

O Governo estará atento às sugestões e aberto às contribuições dos que queiram emprestar sua experiência, boa vontade e disposição a essa causa.

Não vamos distribuir recompensas nem proteger de forma paternalista. Queremos apenas conferir a todos os deficientes o que é seu. Queremos, sobretudo, assegurar-lhes aqueles instrumento com o qual darão dignidade a suas próprias vidas: os seus direitos.

Devo repetir, para encerrar esta solenidade, a frase que Odylo Costa, filho, tão bem cunhou para definir a responsabilidade de todos os brasileiros neste problema:

«Todos nós somos responsáveis».